

**UNIVERSIDADE PAULISTA**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO – ICSC**

**CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JOSHUA GERONIMO ANDRE DE SOUSA**

**PSI E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

**PROJETO DE MONOGRAFIA**

**PERÍODO 2018/1**

**TURMA 7º SEMESTRE**

**MATRIZ 2018/1**

**JUNHO/2018**

**JOSHUA GERONIMO ANDRE DE SOUSA**

**PSI E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA:**

Como realizar um PSI atrelado a distribuição de renda.

Trabalho de Monografia

No curso de Ciências econômicas

Apresentado a Universidade Paulista.

Orientador (a): Prof.ª Ivy Judensnaider

**SÃO PAULO**

**2018**

**Introdução**

A formação econômica brasileira apresenta um caráter responsivo a tendências desenvolvimentistas que acabaram por não serem acompanhado de políticas de transparência e instrução da população, terminam por distanciar o mercado de uma livre mobilidade tanto de capitais quanto de indivíduos o que não permite que os agentes tenham plena independência racional sobre suas tomadas de decisão, as consequências para o sistema acabam sendo funilamento de sistemático dentro da contabilidade social do pais que na relação famíliasXEmpresas encontra obstáculos que impedem o desenvolvimento da nação. Portanto o cenário atual (2018) se encontra mais uma vez longe de proporcionar um ambiente saudável de “Wellfare state”, portanto a discussão desta monografia será para analisar de forma teórica as teorias políticas e mercadológicas onde o PSI poderia ou não funcionar para proporcionar a melhoria de uma mobilidade e externalidades próximas a Pareto.

**Objetivo**

Este trabalho tem como objetivo dar uma luz ao cenário econômico atual brasileiro com respaldo argumentativo e analítico focando em Processo de Substituição da Importação(PSI), atrelado a distribuição de renda. Será analisado qual metodologia analítica para decidir quais mercados precisam do processo, considerando suas externalidades e viabilidade econômica. Ao final construir uma métrica analítica para o raciocínio de eficiência de sistemas.

**Problema**

Analisar dentro do cenário econômico atual se á uma saída para melhora sistemática dentro de um PSI acompanhado por distribuição de renda.

**Hipótese**

O Processo de Substituição da Importação pode ser uma saída para uma melhora da formação econômica Brasileira onde o objetivo é tomar características ativas com as políticas econômicas e não responsivas onde o PSI onde fosse cabível gerara externalidades positivas que incentive a distribuição de renda na relação família-empresas.

**Referencial Teórico 8 Págs.**

Muito se critica o caráter dominante exportador nos países colonizados, que tal dependência não permite um desenvolvimento real, Tavares faz uma elucidação disso em seu livro.

Relembrando rapidamente as principais características do modelo tradicional de desenvolvimento “para fora” de nossas economias, ficara mais claro o contraste entre este e o modelo de desenvolvimento recente que descrevemos em seguida. (TAVARES, 1978, p29).

E demonstra o caráter de dependência do setor na américa latina.

Já na América Latina, não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia..., o desenvolvimento do setor exportador deu lugar a um processo de urbanização mais ou menos intenso ao longo do qual se iam estabelecendo as chamadas industriais de bens de consumo interno tais como as de tecido, calçado, vestuário, moveis etc. Estas, como se sabe são industrias tradicionais, de baixo nível de produtividade, presentes em quase toda a América Latina, que surgiram no bojo do próprio modelo exportador. (TAVARES, 1978, p30).

Vasconcellos, apresenta que para a economia brasileiro nos anos 30 a situação exportadora cafeeira viria a ficar insustentável dando origem ao primeiro PSI que a nação enfrentaria e o início da industrialização.

Em 1930, estes dois elementos se conjugaram, a produção nacional era enorme e a economia mundial entrou numa das maiores crises de sua história. A depressão no mercado internacional de café logo se fez sentir e os preços vieram abaixo. Isto obrigou o governo a intervir fortemente, comprando e estocando café e desvalorizando o cambio com o objetivo de proteger seu setor cafeeiro e ao mesmo tempo sustentar o nível de emprego, de renda e de demanda. Ficava, porém, claro que as situações da economia brasileira, dependente das exportações de um único produto agrícola, era insustentável. (Vasconcellos, 1996, p176).

O caminho tomado rumo a industrialização rompeu laços com a republica velha e centralizou o poder no governo federal, com isso houve a ascensão de novas classes sociais e uma modernização na sociedade brasileira. Como muitos bens de produção eram importados devido o caráter cafeeiro brasileiro o PSI teve como missão estruturar este novo cenário econômico.

A Forma assumida pela industrialização foi o chamado processo de Substituição de importações (PSI). Devido ao estrangulamento externo, gerado pela crise internacional decorrente da quebra da Bolsa de Nova York, houve a necessidade de produzir internamente o que antes era importado, defendendo-se dessa forma o nível de atividade econômica. A industrialização feita a partir deste processo de substituição de importações é uma industrialização feita a partir deste processo de substituição de importações é uma industrialização voltada para dentro, isto é, que visa atender ao mercado interno. (Vasconcellos, 1996, p176).

A proposta do PSI não é eliminar a importação e sim tirar a dependência do setor e trazer um dinamismo interno que de base a economia local, o intuito da substituição é dividir a demanda por trabalho e está a ser responsiva internamente.

Entende-se, no entanto, que essa designação será aplicada, daqui por diante, em sentido interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial. (Tavares, 1978, p41).

Vasconcellos aponta características para o PSI.

O PSI enquanto modelo de desenvolvimento pode ser caracterizado pela seguinte sequência:

1. Estrangulamento externo – a queda do valor das exportações com manutenção da demanda interna, mantendo a demanda por importações, gera escassez de divisas;
2. Desvaloriza-se a taxa de cambio, aumentando a competitividade e a rentabilidade da produção doméstica, dado o encarecimento dos produtos importados;
3. Gera-se uma onda de investimentos nos setores substituidores de importação, produzindo internamente parte do que antes era importado, aumentando a renda e consequentemente a demanda;
4. Observa-se novo estrangulamento externo, dado que parte dos investimentos e do aumento de renda se traduziram em importações, retomando-se o processo. (Vasconcellos, 1996 p177).

Os tratamentos ligados a oferta terão de mexer em eixos de produção e de interesse e para tal a metodologia adotada são três: melhorar a capacidade produtiva do atual processo interno; a produção de bens autônomos do setor externo e a a criação de produção de bens substituintes de bens antes importados.

As possibilidades de expansão da oferta interna resistem em três frentes, a saber a maior utilização da capacidade produtiva já instalada, a produção de bens e serviços relativamente independentes do setor externo e a instalação de unidades produtivas substituidoras de bens anteriormente importados. (Tavares, 178, p42).

O que permeia esse incentivo de oferta interna é uma ideia de construção nacional, principalmente na época da industrialização.

Percbe-se assim que o PSI se caracterizava pela ideia de “construção nacional”, ou seja, alcançar o desenvolvimento e a autonomia com base na industrialização, de forma a superar as restrições externas e a tendência à especialização na exportação de produtos primários. (Vasconcellos, 1996 p177).

Ainda no período de industrialização no brasil o PSI enfrentou alguns problemas desenvolvimento por conta de na época ser uma economia fechada, que o processo permeava uma valorização de um setor em detrimento da desvalorização de outro, a concentração do estado também acaba por dificultar seus entraves.

Ao longo das três décadas, este processo foi implementado, modificando-se substancialmente as características da economia brasileira, industrializando e urbanizando-a. isto porem, foi feito com inúmeros percalços e algumas dificuldades:

1. Tendência ao desequilíbrio externo aparecia por varias razões: i. Valorização cambial – visava estimular e baratear o investimento industrial; significa uma transferência de renda da agricultura para indústria – a chamado “confisco cambial” - desestimulando as exportações de produtos agrícolas; ii. Industria sem competitividade, devido ao protecionismo, visava atender apenas ao mercado interno, sem grandes possibilidades no mercado internacional; iii. Elevada demanda por importações devido ao investimento industrial e ao aumento da renda.

Assim, como a geração de divisas ia sendo dificultada, o PSI, colocado como um projeto nacional só se tornava viável com o recurso ao capital estrangeiro, quer na forma de divida externa quer na forma de investimento direto, para eliminar o chamado “hiato de divisas”.

1. Aumento da participação do Estado

Ao estado caberiam três funções principais:

1. A adequação do arcabouço institucional à indústria. Isto foi feito através da Legislação Trabalhista que visava a formação e regulação de um mercado de trabalho urbano, definindo os direitos e deveres dos trabalhadores e a relação empregado-empregador. Também se criaram mecanismo para direcionar capitais da atividade agrícola para a industrial, dada a ausência de um mercado de capitais organizado. Além disso foram criadas agencias estatais e uma burocracia para gerir o processo. Destacam-se os seguintes Órgãos: o DASP, o CTEF a CFP, a CPA, o BNDE etc.
2. A geração de infraestrutura básica. As principais áreas de atuação foram os transportes e a energia. Até s Segunda Guerra Mundial, destacou-se o caráter emergencial dessa atuação, procurando eliminar os pontos de estrangulamento que aparecessem. No pós-guerra, buscou-se alguma forma de planejamento, ou seja, evitar o aparecimento de estrangulamentos. Destacam-se neste sentido os trabalhos da comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujos projetos não foram plenamente realizados por ausência de financiamento.
3. O fornecimento dos insumos básicos. O Estado deveria atuar de forma complementar ao setor privado, entretanto em áreas cuja necessidades de capital e riscos envolvidos inviabilizavam a presença da atividade privada, naquele momento. Neste sentido, foi criado todo o Setor Produtivo Estatal(SPE):CSN, CVRD, CNA, a Petrobras, várias hidrelétricas etc.

Esta ampla participação estatal gerava uma tendência ao déficit público e forçava o recurso ao financiamento inflacionário, na ausência de fontes adequadas de financiamento.

1. Aumento do grau de concentração de renda

O Processo de substituição era concentrador em termos de renda em função do

1. Êxodo rural decorrente do desincentivo à agricultura, com falta de investimentos no setor, associado à estrutura fundiária, que não gerava empregos suficientes no setor rural, e à legislação trabalhista, restrita ao trabalhador urbano, constituindo um forte estimulo a vir para a cidade;
2. Caráter capital intensivo do investimento industrial, que não permitia grande geração de emprego no setor urbano.

Esses dois pontos geravam excedente de mão de obra e, consequentemente, baixos salários. Por outro lado, o protecionismo (ausência de concorrência) permitia preços elevados e altas margens de lucro para as indústrias.

1. Escassez de fontes de financiamento

A quarta característica foi a dificuldade de financiamento dos investimentos, dado 0 grande volume de poupança necessário para viabilizar os investimentos, em especial os estatais. Este fato se deve à:

1. Quase inexistência de um sistema financeiro em decorrência, principalmente, da “Lei da Usura”, que desestimulava a poupança. O sistema restringia-se aos bancos comercias, a algumas financeiras e aos agentes financeiros oficiais, com destaque para o Banco do Brasil e o BNDE, sendo que este ultimo operava com recursos de empréstimos compulsórios (um adicional de 10% sobre o imposto de renda, instituído para sua criação).
2. Ausência de uma reforma tributaria ampla. A arrecadação continuava centrada nos impostos de comercio exterior e era difícil ampliar a base tributária; já que a indústria deveria se estimulada, a agricultura não poderia ser mais penalizada, e os trabalhadores, além de sua baixa remuneração, eram parte da base de apoio dos governos do período.

Neste quadro não restava alternativa de financiamento ao Estado, que teve que se valer das poupanças compulsórias, dos recursos provenientes da recém-criada Previdência Social, dos ganhos no mercado de cambio com a introdução das taxas de câmbio múltiplas, além do financiamento inflacionário e do endividamento externo, feito a partir de agencias oficiais. (Vasconcellos, 1996 p178-180).

O processo de desenvolvimento econômico também está atrelado a distribuição de renda, atrelado a isso tanto no meio privado quanto no meio público deve ser visto as relações, isto é a relação empregador e empregado e o estado focado no serviço ótimo de wellfare, no livro de Thomas Piketty é feito o convite ao questionamento da relação divisão capital-trabalho.

O que se sabe, exatamente, sobre a evolução distributiva ente capital e trabalho desde o século XVIII? Durante muito tempo, a tese mais disseminada entre os economistas e repetida à exaustão nos livros acadêmicos era de que havia uma notável estabilidade na divisão de renda nacional entre capital e trabalho no longo prazo: rm geral por volta de dois terços para o trabalho e dois terços para o capital. (Piketty, 2014. p47).

A relação abordada entre trabalho e capital vai de declarações entre divisão da renda e o lucro pois se fosse focado em trabalho não haveria margem para investimento e ao contrario teria pouca produção. O questionamento entre capital e trabalho deve alcançar parâmetros de igualdade, não necessariamente quantitativa, mas que englobe a utilidade de “proposito cíclico” da divisão.

A participação do capital pode alcançar níveis elevados: geralmente entre um quarto e a metade de todo o valor produzido. Contudo as vezes ela chega a superar essa parcela nos setores que o utilizam de maneira mais intensiva, como a mineração. Quando há monopólios locais, a participação pode ser ainda maior.

E, ao mesmo tempo, qualquer um é capaz de entender que, se a totalidade da produção estivesse destinada aos salários e nada se transformasse em lucro, seria muito difícil atrair os recursos necessários para financiar novos investimentos, sobretudo considerando o modo de organização econômica atual (é claro que podemos imaginar outras formas de organização econômica). Piketty, 2014. p47).

**Metodologia**

A metodologia adotada é a bibliográfica onde usarei com base o trabalho de dois economistas e transformarei em um recorte único e alusivo a um parâmetro de raciocínio usado os livros da economista Maria da Conceição Tavares *“da substituição de importações ao capitalismo financeiro -ensaios sobre a Economia Brasileira”.* e do economista Thomas Piketty *“O Capital no século XXI”.* Cuja a base histórica será o livro *Economia Brasileira Contemporânea*

**Justificativa**

A escolha deste tema foi pela abusividade sistemática e o caráter declarativo para variáveis atributos e debates no meio acadêmico.

**Cronograma de Atividades**

**Referencias**

**Anexo I – plano de trabalho**

1.Resumo e Abstract

2.Introdução

3.Desenvolvimento econômico e distribuição de renda

4. PSI ideia e estrutura

5. História do PSI no Brasil

6. Métrica de implantação do PSI

7. Comportamento dos Mercados dentro do PSI

8.Estrutura Família X Empresas

9.Comportamento do Estado dentro do PSI

10.Conclusão

**Anexo II – Listagem Bibliográfica**

FROYEN, R. T. **Macroeconomia Teorias e Aplicações**. 2° Edição Saraiva, 2012

Varian, H. **Microeconomia**. 9° Edição Elsvier, 2015

Piketty,T **O Capital do século XXI**. 1° Edição intrinseca, 2014

Tavares, M.C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** 7° Edição Zahar, 1978

Vasconcellos, Gremaud, Júnior. **Economia Brasileira Contemporânea.** 2°Edição Atlas, 1996

Keynes,J.M. **Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda.** 2° Edição Nova Cultura, 1985